/asbz

Energy News

Informativo Mensal Dezembro/2025

Confira o que movimentou o setor elétrico neste último mês: reunimos as principais atualizações regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo novas resoluções, consultas públicas e decisões relevantes. Além disso, destacamos os desdobramentos no Judiciário que impactam o setor, com foco em ações e decisões que merecem atenção por seus efeitos regulatórios e operacionais.

energia@asbz.com.br
www.asbz.com.br

Energia e Pauta

Confira neste Informativo Mensal:

- **Destaques** **03 - 07**

  Notícias que mais movimentaram o setor elétrico no mês de Dezembro/2025

- **Raio-X ANEEL** **13**

  Agenda Regulatória ANEEL 2026-2027
  Calendário de Reuniões ANEEL

- **Raio-X Judiciário** **14**

  Assuntos mais discutidos no Judiciário em cada segmento

- **Alerta Normativo** **15**

  Últimas Resoluções Normativas (REN) e Portaria Normativa

- **Participação Social** **16 - 20**

  Tomadas de Subsídios
  Consultas Públicas
  Audiências Públicas

- **Leilões** **21**

/asbz

Boa Leitura!

Destaques

GOVERNO CRIA NOVA POLÍTICA PARA ORGANIZAR O ACESSO DE TRANSMISSÃO (Decreto n° 12.772/2025)

O Governo Federal, por meio do Decreto n° 12.772, de 5 de dezembro de 2025, criou a Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (PNAST), com o objetivo de modernizar procedimentos que regulam como geradores e consumidores se conectam à Rede Básica do SIN por meio de "Temporadas de Acesso" periódicas.

A novo política é voltada para a organização de acesso por meio das denominadas "Temporadas de Acesso", que nada mais são que janeiras periódicas nas quais os interessados que pretendem acessar o sistema de transmissão registram formalmente suas demandas, sendo estas analisadas de forma conjunta e coordenada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Além disso, o Mecanismo modernizará e tornará mais eficiente o uso da capacidade elétrica do SIN, promovendo a transparência, racionalidade e previsibilidade no acesso à Rede Básica por meio de processos competitivos, que serão realizados somente nos casos em que o interesse de acesso for superior à capacidade remanescente disponível no ponto de conexão pretendido, sendo que as receitas obtidas nos referidos processos competitivos serão revertidas para a modicidade tarifária, conforme diretrizes do MME e regulação a ser estabelecida pela ANEEL.

A implantação do PNAST depende ainda da regulamentação por parte da ANEEL e de diretrizes adicionais do Ministério de Minas e Energia (MME).

+ Veja mais aqui

/asbz

Destaques

NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA COMPARTILHAMENTO DE POSTES ENTRE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA E PRESTADORAS DE TELECOMUNICAÇÕES

A Diretoria da ANEEL deliberou no mês de dezembro sua versão do Regulamento para Compartilhamento de Postes entre Distribuidoras de Energia Elétrica e Prestadores de Serviços de Telecomunicação, com base no art. 73, parágrafo único, da Lei Geral de Telecomunicações (LGT – Lei n° 9.472/1997 e considerando as concessionárias submetidas ao regime do Decreto n° 12.068/2024, com a consequente revogação da Resolução Conjunta (REC) n° 4/2014.

+ Veja mais aqui

ALTERAÇÕES NA NORMA DE ORGANIZAÇÃO DA ANEEL N° 40/2013 (Governança Regulatória da Agência)

A ANEEL, no dia 09 de dezembro de 2025, publicou a Resolução Normativa n° 1.443 (REN n° 1.443/2025), que promove alterações na Norma de Organização ANEEL n° 40/2013. A nova resolução estabelece diretrizes atualizadas sobre a governança regulatória da Agência e seus principais instrumento de gestão e planejamento.
A REN 1.443/2025 aborda 4 (quatro) instrumentos centrais para a governança regulatória: (i) A Agenda Regulatória; (ii) a Análise de Impacto Regulatório (AIR); (iii) a Avaliação de Resultado Regulatório e, por fim: (iv) a Gestão do estoque regulatório, todos visando conferir maior previsibilidade, transparência e qualidade técnica aos processos de criação, implementação e revisão de normas do setor elétrico brasileiro.

+ Veja mais aqui

Destaques

REVISÃO DO MANUAL DE CONTROLE PATRIMONIAL DO SETOR ELÉTRICO (MCPSE)

A Diretoria da ANEEL aprovou a abertura da Consulta Pública n° 39/2025 (CP) com o objetivo de revisar o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).

O Manual estabelece diretrizes claras e padronizadas para o controle do cadastro e das movimentações dos bens e instalações do setor elétrico. O uso do Manual é obrigatório por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica cujos bens e instalações são passíveis de reversão à União. O controle é fundamental, pois garante transparência e a precisão na gestão dos ativos, sendo também essencial para a realização da correta avaliação para fins tarifários, para reversão e padronização de procedimentos voltados para gestão de ativos.

+ Veja mais aqui

CONEXÃO DE INSTALAÇÕES DE ELETROMOBILIDADE À REDE ELETRÍCA

A ANEEL decidiu aprovar a instauração da CP n° 42/2025 com a finalidade de aprimorar as regras e procedimentos relacionados ao acesso e conexão de instalações de eletromobilidade ao sistema de distribuição. A proposta submetida à CP está focada em: (i) criação de modalidade de contratação permanente flexível; (ii) criação do mapa de disponibilidade do sistema de distribuição: (iii) divulgação da fila de orçamentos de conexão pelas distribuidoras; (iv) obrigação dos consumidores informarem à distribuidora a instalação de equipamentos de recarga: (v) implementação de plano de comunicação específico e rotineiro, além de questões concorrenciais.

+ Veja mais aqui

Destaques

REGULAMENTAÇÃO DA LUZ DO POVO

Como resultado da CP n° 032/2025, em 16 de dezembro, foi publicada a Resolução Normativa n° 1.147/2025 que regula a Lei n° 12.235/2025 (conversão da Medida Provisória n° 1.300/2025), relativa à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e ao Desconto Social.

A Lei n° 12.235/2025 é o alicerce e base do novo programa governamental Luz do Povo, que unifica as políticas de subsídios à energia elétrica do Brasil. O Marco Legal atualizou os critérios de elegibilidade à TSEE e instituiu a nova política de descontos tarifários para famílias de menor renda não beneficiárias da tarifa social, o chamado "Desconto Social", bem como ajusta o horário de redução tarifária para irrigação e aquicultura.

+ Veja mais aqui

MODERNIZAÇÃO DAS TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO – TARIFA HORÁRIA

Com os objetivos de modernizar a estrutura tarifária dos consumidores de baixa tensão e alinhar a conta de luz à nova realidade do sistema elétrico brasileiro, a diretoria da ANEEL aprovou a abertura da Consulta Pública nº 46/2025. A proposta é discutir com a sociedade a aplicação automática de Tarifa Horária (Tarifa Branca) para os consumidores de baixa tensão dos subgrupos B1 (residencial), B2 (rural) e B3 (comercial, industrial e outros) com consumo mensal igual ou superior a 1 MWh, excluídos os consumidores das subclasses baixa renda e tarifa desconto social, com implementação prevista até o fim do ano de 2026, de acordo com as alternativas avaliadas no Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR).

+ Veja mais aqui

REGULAMENTAÇÃO DO DECRETO N° 11.314/2022 (LICITAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE TRANSMISSÃO)

A ANEEL aprovou a abertura de uma Consulta Pública CP n° 43/2025, com duração de 90 dias, para receber contribuições da sociedade sobre a Análise de Impacto Regulatório que trata da regulamentação do Decreto nº 11.314/2022. O decreto estabelece as regras para a licitação e a prorrogação das concessões do serviço público de transmissão de energia elétrica que estão perto de vencer.

A prorrogação somente é admitida quando for comprovada a inviabilidade da licitação ou a ausência de interesse público. Nos casos de relicitação, os bens utilizados na prestação do serviço retornam à União, com previsão de indenização à concessionária pelos investimentos ainda não totalmente amortizados.

Esse processo envolve uma fase de transição para garantir a continuidade do serviço, incluindo a manutenção da operação, o inventário dos bens, a transferência de dados e a preservação dos níveis de qualidade. No entanto, atualmente as normas sobre esses procedimentos estão dispersas, o que torna o ambiente regulatório mais complexo.

Diante da proximidade do vencimento de diversos contratos de transmissão — a partir de 2025, com maior concentração entre 2030 e 2042 — e da necessidade de regulamentar o Decreto nº 11.314/2022, a ANEEL entende como essencial a consolidação dessas regras. O objetivo é assegurar maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência nos processos de relicitação e de indenização dos ativos.

+ Veja mais aqui

AGENDA REGULATÓRIA 2026-2027 DA ANEEL

A agenda regulatória da ANEEL para o biênio 2026-2027 apresenta a relação das atividades prioritárias com previsão de edição de norma durante o período. A agenda conta com 91 temas, agrupados em quatro eixos temáticos (Geração & Mercado, Transmissão e Distribuição, Regulação Tarifária, Eficiência Energética & Consumidor). Dentre as 59 atividades, 32 já estão previstas para normatização no ano de 2026

O Painel Referencial de realização das atividades regulatórias, atualizado frequentemente pela ANEEL apresentará, respectivamente: **(i)** todas as etapas da execução das atividades regulatórias constantes da Agenda; **(ii)** as demais atividades regulatórias, como elaboração e revisão de normas sem temas estratégicos, além da avaliação de novos contextos e potenciais objetos regulatórios e, por fim; (iii) avaliação de resultado regulatório (ARR) de algumas normas.

Vejamos abaixo os temas da Agenda Regulatória 2026-2027

TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO	ANO
Aprimoramento das Regras de Acesso ao Sistema de Transmissão	2027
Aprimoramento dos Critérios de Confiabilidade das Instalações de Transmissão	2027
Requisitos de observabilidade, operabilidade e controlabilidade dos Recursos Energéticos Distribuídos (RED)	2026
Regulamentação do Decreto n° 11.314/2022 que versa sobre a licitação e prorrogação das concessões de transmissão	2026

Raio-X ANEEL

TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO	ANO
Regulamentação do art. 17 da Lei n° 14.300/2022, relacionada à metodologia da valoração dos custos e dos benefícios da microgeração e minigeração distribuída (MMGD)	2027
Avaliação dos sistemas de medição para transição energética e modernização no segmento de distribuição	2026
Aprimoramentos regulatórios relacionados à abertura do mercado na regulação dos serviços de distribuição	2026
Aprimoramentos regulatórios para promover a aplicação do disposto no caput, do art. 28, da Lei n° 14.300/2022	2026
Aprimoramentos regulatórios para o aumento da resiliência do sistema de distribuição e de transmissão a eventos climáticos extremos	2026
Avaliação de aprimoramentos regulatórios sobre interrupção em situação de emergência (ISE) relacionados à resiliência do sistema de distribuição a eventos climáticos extremos	2027
Aprimoramento das Regras das Regras e Procedimentos relacionados ao serviço de distribuição	2027
Aprimoramento da regulamentação de qualidade associada ás Funções Transmissão (FT) em Correnta Alternada (CA)	2027
Regulamentação do armazenamento de energia elétrica em sistemas de transmissão e distribuição	2027
Estabelecimento de indicadores de atendimento de mercado	2026
Aprimoramento regulatório para propiciar o avanço da eletromobilidade e sua conexão aos sistema de distribuição	2026
• *Aprimoramento regulatório relacionados à abertura do mercado para o Grupo B*	2027
• *Aprimoramentos regulatórios para a gestão dos excedentes de geração na distribuição*	2026

Raio-X ANEEL

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONSUMIDOR	ANO
Destinação de bens e de receitas oriundas do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)	2027
Aperfeiçoamento do Programa de Eficiência Energética (PEE) para a Transição Energética	2027
Estabelecimento de diretrizes e condições para o desenvolvimento de ambiente de experimentação regulatória e inovação aberta do Projeto Energias da Floresta	2026
Instrução da regulação do monitoramento do mercado	2026
Promoção das adequações regulatórias para a inserção de sistemas de armazenamento, incluindo usinas reversíveis, no Sistema Interligado Nacional (SIN) (2º ciclo)	2027
Regulamentação do constrained-off de usinas hidrelétricas	2026
Revisão da Resolução Normativa (REN) nº 1.030/2022 quanto ao aprimoramento do constrained-off	2026
Atualização da metodologia de cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) mínimo e de definição da Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	2026
Atualização da metodologia de cálculo dos limites máximos do PLD	2026
Aprimoramento do processo de monitoramento do mercado de energia (regra definitiva pós-período sombra)	2026
Aprimoramento das Regras de Comercialização de 2027	2026
Aprimoramento da regulamentação das garantias financeiras do Mercado de Curto Prazo (MCP)	2026
Aprimoramento das Regras de Comercialização de 2028	2027
Avaliação quanto à inversão de fluxo da MMGD no âmbito das contabilização e liquidação da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE)	2026
Promoção das adequações regulatórias para inserção de sistemas de armazenamento, incluindo usinas reversíveis, no SIN (1º ciclo)	2026
Estabelecimento dos critérios operativos para redução ou limitação de geração	2026

Raio-X ANEEL

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONSUMIDOR	ANO
Aprimoramento dos Procedimentos de Rede e Regras de Comercialização decorrentes da REN que estabelecerá critérios operativos para redução ou limitação de geração	2026
Regulamentação do rateio do custo da energia de Angra 1 e Angra 2 entre os usuários finais de energia elétrica, nos termos da Lei nº 15.235/2025	2026
Aprovação de Regras de Comercialização relativa à constituição de garantias financeiras do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)	2026
Aprimoramento das Regras de Comercialização em decorrência da Portaria MME nº 49/2022, que versa sobre exportação de energia elétrica	2027
Aprimoramento das Regras de Comercialização em decorrência da Portaria MME nº 60/2022, que versa sobre importação de energia elétrica (Argentina e Paraguai)	2027
Aprimoramento das Regras de Comercialização em decorrência da Portaria MME nº 86/2024, que versa sobre exportação de energia elétrica (Argentina e Uruguai)	2027
Aprimoramento das Regras de Comercialização em decorrência da Portaria MME nº 87/2024, que versa sobre importação de energia elétrica (Paraguai)	2027
Revisão da REN nº 1.031/2022, no que se refere aos descontos na tarifa de uso dos sistemas de distribuição e transmissão para fontes incentivadas, em decorrência da Lei nº 15.269/2025	2026
Regulamentação dos requisitos de controle, capacidade, flexibilidade e armazenamento para novos geradores	2027
Revisão da REN nº 1.030/2022, no que se refere aos serviços ancilares, em decorrência da Lei nº 15.269/2025	2027
Aprimoramento da regulamentação para que a liquidação no MCP utilize o mecanismo de dupla contabilização	2027
Aprimoramento da regulamentação com vistas ao fim do direito ao desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão e de Distribuição (TUST/TUSD) de consumidores livres, nos termos da Lei nº 15.269/2025	2026
Aprimoramento da regulamentação com vistas à abertura de mercado instituída pela Lei nº 15.269/2025	2027

Raio-X ANEEL

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONSUMIDOR	ANO
Aprimoramento da regulamentação para atendimento aos critérios para autoprodução, inclusive por equiparação, nos termos da Lei nº 15.269/2025	2026
Aprimoramento do rateio dos custos de reserva de capacidade	2027
Aprimoramento da regulamentação com vistas à vedação da repactuação do risco hidrológico dos geradores hidráulicos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), nos termos da Lei nº 15.269/2025	2027
Alteração do Submódulo 5.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret) para incluir as comercializadoras quanto ao pagamento da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), nos termos do art. 12, da Lei nº 9.427/1996 (decorrente da Lei nº 15.269/2025)	2026
Alteração do Submódulo 5.2 (Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) dos Proret para incluir o teto da CDE, o Encargo de Complemento de Recursos e sua operacionalização (decorrente da Lei nº 15.269/2025)	2026

REGULAÇÃO TARIFÁRIA E FINANCEIRA	ANO
Revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE)	2026
Revisão da REN nº 948/2021 quanto ao critério de eficiência econômico-financeira	2026
Revisão da REN nº 948/2021 quanto à avaliação da qualidade dos sistemas de governança das distribuidoras	2027
Modernização das tarifas de distribuição (ciclo 1)	2026
Revisão do cálculo do limite da Parcela B das permissionárias e atualização da norma de retirada do desconto de suprimento	2027
Estabelecimento das diretrizes para sandbox regulatório no setor elétrico	2027
Revisão dos Submódulos 2.6 e 2.6 A (Perdas Não Técnicas e Receitas Irrecuperáveis), dos Proret	2026
Revisão do Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), dos Proret	2027

CALENDÁRIO DE REUNIÕES PÚBLICAR ORDINÁRIAS E DE CIRCUTOS DELIBERATIVOS PÚBLICOS ORDINÁRIOS DA DIRETORIA DA ANEEL

A Portaria n° 7,014/2025, aprovou o calendário para 2026 de Reuniões Públicas Ordinárias e de Circuitos Deliberativos Públicos Ordinários da Diretoria da ANEEL, vejamos:

Janeiro	20 e 27	-
Fevereiro	10 e 24	3
Março	10 e 24	3, 17 e 31
Abril	7 e 22	14 e 28
Maio	5 e 19	12 e 26
Junho	2, 16 e 30	9 e 23
Julho	14 e 28	7 e 21
Agosto	11 e 25	4 e 18
Setembro	8 e 22	1º, 15 e 29
Outubro	6 e 20	13 e 27
Novembro	3 e 17	10 e 24
Dezembro	1º e 8	-

Principais assuntos

- **Geração**

1. Atraso de obras de conexão de projetos de MMGD;
2. Multa editalícia decorrente de atraso de empreendimento oriundo de Leilão de Energia Nova;
3. GSF (Generation Scaling Factor);
4. Enquadramento de Projetos de MMGD no REIDI;
5. *Curtailment/Constrained-off*
6. Leilão de Reserva de Capacidade de 2025

- **Consumo**

1. Indenização em razão de supostos danos oriundos do apagão ocorrido em 2020, no Amapá;
2. Legalidade da destinação dos recursos da CDE;
3. Incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição/Transmissão

- **Transmissão**

1. Parcela Variável (PV);
2. Excludentes de responsabilidades que implicam o afastamento de penalidades;
3. Inadimplência de encargos rescisórios oriundo de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) rescindidos em razão da corrida do ouro;
4. Pagamento parcial do Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) pela Usina Hidrelétrica Belo Monte

- **Distribuição**

1. Nulidade de ato administrativo sancionatório;
2. Revisões e reajustes tarifários;
3. Falha no fornecimento

- **Comercialização**

1. Aplicação de penalidades pela CCEE;
2. GSF (*Generation Scaling Factor*);
3. Migração ao Mercado Livre;
4. *Curtailment/Constrained-off*

Alerta Normativo

- **REN 1.143/2025**
  Objeto: Altera a Norma de Organização Aneel nº 40, originalmente editada em 2013. A nova resolução estabelece diretrizes atualizadas sobre a governança regulatória da Agência e seus principais instrumentos de gestão e planejamento.

- **PORTARIA NORMATIVA MME N° 124/2025**
  Objeto: Estabelece as Diretrizes Gerais para o enfrentamento de situações emergenciais de restrição temporária do fornecimento de energia elétrica ou situações de risco iminente de suspensão do fornecimento de energia elétrica, doravante denominadas situações emergenciais, no Sistema Elétrico Brasileiro - SEB, relacionadas a ações específicas deliberadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE. - Publicação em 24.12.2025

Participação Social

- **CP ANEEL 37/2025**
  Definição do rateio do custo e da geração de Angra 1 e 2 entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), de que trata o art. 11-A, da Lei nº 12.111/2009, incluído pela Lei nº 15.235/2025.- **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições foi encerrado 05/01/2026.**

- **CP ANEEL 047/2025**
  Definição do critério de rateio dos recursos arrecadados na CDE de que tratam os parágrafos 8º e 9º, do art. 4º, da Lei nº 15.235/2025, relativos à repactuação de parcelas vincendas devidas a título de Uso de Bem Público (UBP) **- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições foi encerrado em 08/01/2026.**

- **CP ANEEL 045/2025**
  Aprimoramento da metodologia de cálculo do Saldo do Uso de Bem Público (UBP) a ser repactuado, conforme o art. 4º, da Lei nº 15.235/2025.**ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 12/01/2026.**

- **CP MME 210/2025**
  Compensação por cortes de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica, conforme art. 1º-B, da Lei nº 10.848/2004.**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 16/01/2026.**

/asbz

Participação Social

- **CP ANEEL 40/2025**
  Regulamentação contábil tributária do fundo de descomissionamento de Angra 1 e 2, em atendimento à determinação do Acórdão nº 2.502/2024 do Tribunal de Contas da União (TCU).- **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 24/01/2026.**

- **CP ANEEL 044/2025**
  Definição do orçamento e as quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2026. **- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 24/01/2026.**

- **CP MME 209/2025**
  Diretrizes para a concessão de descontos tarifários à classe rural (irrigação e aquicultura). **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 27/01/2026.**

- **CP ANEEL 039/2025**
  Revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE)..**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 04/03/2026.**

- **CP ANEEL 046/2025**
  Discutir com a sociedade a aplicação automática de tarifa horária (tarifa branca) para os consumidores de baixa tensão dos subgrupos B1 (residencial), B2 (rural) e B3 (comercial, industrial e outros), com consumo mensal igual ou superior a 1 MWh. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 09/03/2026.**

Participação Social

- **CP 042/2025**
  Minuta de Resolução Normativa (REN) que aprimora as regras e procedimentos de distribuição relacionados ao acesso e conexão de instalações de eletromobilidade ao sistema de distribuição.**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 10/03/2026.**

- **CP 043/2025**
  Avaliação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) acerca da regulamentação do Decreto nº 11.314/2022, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões vincendas de transmissão. **- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 10/03/2026.**

/asbz

Participação Social

- **TS 020/2025**

Obtenção de contribuições às alterações nos documentos seguintes documentos dos Procedimentos de Rede: i) Submódulo 1.2 – Glossário dos Procedimentos de Rede (Procedimental); ii) Submódulo 7.1 – Acesso às instalações de transmissão (Procedimental); ii) Submódulo 7.1 – Acesso às instalações de transmissão (Responsabilidades); iv) Submódulo 7.14 – Emissão de declaração de atendimento aos Procedimentos de Rede para instalações de distribuição, autoprodutor com carga maior que geração, consumidor livre e agente de exportação ou importação de energia (Procedimental); v) Submódulo 7.14 – Emissão de declaração de atendimento aos Procedimentos de Rede para instalações de distribuição, autoprodutor com carga maior que geração, consumidor livre e agente de exportação ou importação de energia (Responsabilidades); vi) Submódulo 8.1 – Administração dos contratos (Procedimental); vii) Submódulo 8.1 – Administração dos contratos (Responsabilidades); viii) Submódulo 8.3 – Apuração mensal de serviços e encargos da transmissão e encargos setoriais (Procedimental); e i x) Submódulo 8.3 – Apuração mensal de serviços e encargos da transmissão e encargos setoriais (Responsabilidades). **- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições encerrou no dia 02/12/2025.**

- **TS 021/2025**

Obter subsídios para a validação da versão 22 do modelo DESSEM no âmbito do planejamento e programação da operação do SIN e cálculo do PLD **- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições encerrou no dia 18/12/2025.**

Participação Social

- **TS 022/2025**
  Obter subsídios para a validação da versão 31 do modelo Newave no âmbito do planejamento e programação da operação do SIN e cálculo do PLD.**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições encerrou no dia 18/12/2025.**

- **TS 023/2025**
  Avaliação de estudo sobre experiências internacionais em valoração de custos e benefícios de micro e minigeração distribuída (MMGD) e de alternativas para regulação do art. 17, da Lei nº 14.300/2022...**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições encerrou dia 04/03/2026.**

- **TS 024/2025**
  Obter subsídios para a validação da versão 31 do modelo Newave no âmbito do planejamento e programação da operação do SIN e cálculo do PLD.**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições encerrou dia 29/12/2025.**

- **TS 025/2025**
  Formação da base de dados e revisão da metodologia de perdas não técnicas (PNT) e receitas irrecuperáveis, temas dos Submódulos 2.6 e 2.6 A, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret)..**- ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições encerrou dia 20/02/2026.**

Leilões

ACR

- **Leilão de Geração 002/2026 (LRCAP de 2026)**
  Objetivo: Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 - LRCAP de 2026 - UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs, destinado a contratar Potência Elétrica a partir de empreendimentos de geração novos e existentes
  Previsto para: 18/03/2026
  Local: internet

- **Leilão de Geração 003/2026 (LRCAP de 2026)**
  Objetivo: Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 - LRCAP de 2026 - UTEs a Óleo e Biodiesel, destinado a contratar Potência Elétrica a partir de empreendimentos de geração existentes
  Previsto para: 20/03/2026
  Local: internet

TRANSMISSÃO

- **Leilão de Transmissão ANEEL 001/2026**
  Objetivo: Leilão nº 4/2025-ANEEL (Leilão de Transmissão), destinado a contratar concessões do serviço público de transmissão de energia elétrica, com instalações localizadas nos estados de Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo (10 lotes)
  Previsto para: 27/03/2026
  Local: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em sua sede, na cidade de São Paulo/SP

A equipe de energia do /asbz agradece a leitura do informativo e se coloca à disposição para demais esclarecimentos.

energia@asbz.com.br

Av. Dr. Cardoso de Melo,
1855 -10º andar
+55 11 3145 6000

#estamosjuntos

Material elaborado por:

Daniel Hossni Ribeiro do Valle

Rafael Janiques

Marcos Ferreira

Ana Beatriz Dias Sousa

Gabriel Cotta

Mirella Golfetto

Paulo Franco